

COLUNA DO CASTELLO ■ MARCELO PONTES

O primeiro dos 5 dedos da campanha

Depois de um mês de reuniões, o governo Fernando Henrique entra nesta semana numa fase de ação mais concreta com o lançamento do plano de educação básica. A Educação é um dos cinco dedos da mão de metas com que Fernando Henrique fixou a sua imagem na campanha eleitoral do ano passado — os outros são a Saúde, a Agricultura, a Segurança e o Emprego.

Tão eficiente como peça de propaganda eleitoral, a mão espalmada de Fernando Henrique não foi usada no primeiro mês em que o presidente viu cair a sua aprovação no DataFolha de 70% para 36%. Na mão, há assuntos suficientes para sustentar qualquer boa imagem. A diferença é que na campanha eleitoral basta a enumeração das metas do presidente. No governo, cada dedo precisa estar puxando uma decisão, um ato concreto.

A taxa de aprovação do presidente caiu primeiro porque sempre cai no início de qualquer governo. Segundo, porque o governo passou um mês se preparando, se organizando para trabalhar, e transmitiu a sensação de que não estava trabalhando. Na verdade, não estava se comunicando com a sociedade.

É difícil acreditar que a decisão do presidente de vetar o aumento do salário mínimo para R\$ 100 e de anistiar os que praticaram crime eleitoral com a gráfica do Senado tenha tido influência decisiva para que ele despendesse na pesquisa.

Quando a pesquisa foi feita, nos dias 26 e 27 de janeiro, o veto ao salário mínimo e a sanção da anistia não haviam chegado ao grande público como aconteceu quando o presidente foi à televisão na sexta-feira e anunciou as razões para tomar essas decisões. Tanto que a pesquisa revela a expectativa de 77% dos entrevistados de que o presidente mantivesse a decisão do Congresso de aumentar o mínimo.

Também não combina com a baixa taxa de aprovação de Fernando Henrique o fato de 72% dos mesmos entrevistados terem dito que ele está governando melhor ou igual a um presidente que saiu do Palácio do Planalto com 87% de ibope, como aconteceu com Itamar Franco. Ou que a avaliação positiva do Plano Real continue lá nas

alturas — teve uma leve inclinação de 79% para 75%.

Mas mesmo que tenha se desgastado com o veto do mínimo, com a sanção da anistia e também com o aumento de seu próprio salário a um padrão considerado alto ou muito alto por 57% na mesma pesquisa, o presidente pagou o pato não por decisões suas, mas por atos praticados pelo Congresso.

E mesmo no que dependeu de iniciativas suas, no primeiro mês o governo ocupou o espaço mais dizendo o que o Congresso deve fazer do que revelando o que ele próprio pretende realizar. As reformas na Constituição são de interesse do governo, mas são tarefas exclusivas do Congresso. E as tarefas do governo? Em vez de anunciá-las ou começar a executá-las, o governo, ao contrário, se escondeu na cautela da montagem de sua base parlamentar. Não mexia em nada para não prejudicar, por exemplo, a eleição do presidente de sua preferência na Câmara dos Deputados. É uma razão forte para o governo e os seus aliados, mas não impedia que atos concretos de administração, independentes de negociação com o Congresso, começassem a ser executados.

É o que começa a ser feito agora com o plano de educação básica, anunciado como uma revolução no setor. O presidente e o ministro Paulo Renato

Souza sabem que os resultados de um investimento ou de uma campanha dessa natureza em educação não aparecem imediatamente. Mas ao menos o governo mostra que está começando a cumprir uma de suas metas prioritárias marteladas com a mão espalmada da campanha eleitoral.

Por uma conveniência tática, o governo não mexerá agora no vespeiro do ensino pago nas universidades federais. Fernando Henrique e Paulo Renato, que fizeram carreira de professor universitário — Paulo Renato, inclusive, foi reitor da Unicamp —, são contra o privilégio de estudantes ricos estudarem de graça nas universidades federais. Acham que os ricos devem pagar, os pobres, não.

O futuro da economia

O presidente Fernando Henrique fará um pronunciamento importante sobre os horizontes da economia brasileira para um grupo de empresários e investidores nacionais e estrangeiros, na próxima sexta-feira, no Palácio do Planalto.

Sete ministros foram convocados para a reunião, que será aberta pelo presidente. Em seguida, os empresários ficam trancados com os ministros, sem a presença da imprensa, para discutir as perspectivas da economia brasileira.